

Finanças sustentáveis geram valor competitivo aos negócios

Mercado brasileiro está alinhado à tendência global e destaca-se entre os países emergentes

Transformações velozes em um mercado globalizado levam os negócios empresariais e o direcionamento de investimentos a um caminho inevitável. Hoje, o conceito de finanças sustentáveis faz com que, cada vez mais, fatores aparentemente não-financeiros atuem como elementos-chave de um modelo de gestão arrojado com a complexidade das necessidades advindas de uma evolução constante e acelerada deste mercado, impactado por questões sociais e ambientais.

A expressão “finanças sustentáveis” surge com a necessidade de desenvolvimento de políticas, bem como de produtos, que viabilizem capital financeiro ao mesmo tempo em que promovam prosperidade econômica, proteção ambiental e justiça social, no conceito proposto pelo GVces (Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas).

De acordo com o GVces, o Brasil é um caso único entre os países emergentes devido à série de práticas adotadas pelas instituições financeiras brasileiras nos últimos cinco anos, visando a incorporação de elementos sustentáveis em suas atividades. *IBEF News* procurou saber como está este processo no País em comparação com o movimento global, e quais fatores motivaram a implementação dos esforços nas iniciativas brasileiras em finanças sustentáveis.

De acordo com a pesquisadora do GVces, Renata Brito, desde meados da década de 60 aspectos sociais e ambientais vêm sendo discutidos não somente na agenda de políticas públicas, mas também nas decisões de negócios. “Aos poucos o quesito sócio-ambiental vem crescendo nas preferências de compras dos indivíduos e empresas e nas decisões de investimento dos mesmos. Ainda há aqueles que tentam ignorar o assunto ou delegá-lo ao poder público, mas há um movimento quase que irreversível no sentido da conscientização para os impactos socioambientais e a dis-

seminação das responsabilidades pelos mesmos”, afirma. “Hoje, reconhecer esta demanda é fazer nada mais que uma leitura básica de mercado. As pesquisas de opinião já são claras sobre este assunto. As empresas que conseguem lidar com estas aparentes restrições de forma criativa, gerando negócios, podem buscar diferenciação e uma vantagem competitiva”, completa Renata Brito.

De uma forma simplificada, os sócios-diretores da Consultoria Finanças Sustentáveis, Victorio Mattarozzi e Cássio Trunkl, explicam que a motivação das instituições financeiras na implementação de ações sustentáveis em suas estratégias de negócios é a criação de valor, que decorre de vantagens competitivas, tais como minimização dos riscos de crédito e reputação, e criação de novas oportunidades de negócios.

Fundamentalmente, Trunkl explica de que forma esta vantagem é gerada. “O conceito de finanças sustentáveis está intimamente associado ao compromisso das instituições financeiras em prevenir e minimizar os impactos socioambientais associados a suas carteiras de crédito e aos seus negócios. Ao introduzir a sustentabilidade em sua estratégia, as instituições financeiras buscam aperfeiçoar suas ferramentas de gestão de riscos, passando a avaliar riscos até então não considerados, como os socioambientais. Desse modo, passam a conhecer melhor seus clientes e conseguem ampliar mercado por meio do desenvolvimento de produtos e serviços financeiros inovadores”, atenta.

Para Renata Brito, do GVces, a questão da vantagem competitiva mistura dois conceitos ainda em disseminação e que tratam de atores diferentes: as instituições financeiras e as empresas. Ela afirma que o conceito de finanças sustentáveis diz respeito ao universo das instituições financeiras e à incorporação de aspectos socioambientais nas práticas bancárias, como, por exemplo, nas atividades de crédito e investimento. A pes-

quisadora afirma que somente o fato de a oferta de crédito ou de investimentos incorporar aspectos socioambientais não necessariamente representa um adicional de competitividade para o mercado tomador, ou seja, as empresas. Por outro lado, sustentabilidade ou inserção de aspectos socioambientais nas decisões de gestão de uma empresa podem trazer vantagens competitivas às empresas. “Novos mercados, eficiência produtiva, inovação e diminuição de riscos são alguns dos benefícios que podem ser proporcionados por uma visão de sustentabilidade”, enumera. Desta forma, Renata Brito lembra que se as empresas mudam a sua forma tradicional de pensar, gerir e investir, podem também precisar de parceiros financeiros que estejam alinhados a esta nova forma de ver os negócios e que tenham produtos e serviços adequados a esta demanda. “Neste sentido, as instituições financeiras que desenvolvem os conceitos e os produtos em finanças sustentáveis podem vir a viabilizar projetos e mudanças que, por fim, trariam vantagem competitiva às empresas”, explica. “No entanto, a mais importante mensagem dentro da opção por finanças sustentáveis é a aposta que a instituição financeira faz sobre seus clientes, sobre o mercado e sobre quem serão os vencedores de amanhã. É uma questão de visão do mundo”, alerta.

Finanças sustentáveis no Brasil

Ainda em fase inicial, a gestão baseada em finanças sustentáveis no Brasil demonstra rápida disseminação e evolução entre as empresas, que mostram conscientização da importância deste conceito no sucesso da companhia em um mercado cada vez mais globalizado. Renata Brito, do GVces, defende que, no Brasil, as instituições financeiras têm mostrado um alto grau de adesão aos princípios de responsabilidade sócio-ambiental e sustentabilidade. Apesar de o processo ainda estar em fase de recente desenvolvimento,

ela afirma que o Brasil caracteriza-se como um país promissor no cenário global de finanças sustentáveis.

Segundo Victorio Mattarozzi, da Consultoria Finanças Sustentáveis, a incorporação da sustentabilidade dos negócios no setor financeiro tem surpreendido favoravelmente principalmente a partir da adoção dos “Princípios do Equador” pelos maiores bancos brasileiros em 2004. “Princípios do Equador” são um conjunto de critérios para avaliação dos riscos socioambientais em operações de *project finance*, também lembrado por Renata Brito. “Vários bancos de atuação no Brasil são signatários dos Princípios do Equador e há iniciativas importantes de desenvolvimento de políticas para crédito e investimento. No entanto, sabemos que estas iniciativas ainda são um desafio”, alerta a pesquisadora do GVces.

Mattarozzi aponta que, apesar da grande adesão aos Princípios do Equador, “há muitos outros avanços a serem alcançados, tais como a implantação de critérios socioambientais nos processos de tomada decisão de crédito, ampliação da linha de produtos e serviços com foco sócio-ambiental em condições de taxa e prazo diferenciadas em relação ao mercado, utilização de políticas específicas para setores com maior potencial de impactos socioambientais (por exemplo, de petróleo e gás, de mineração ou de papel e celulose) e a necessidade de reavaliação da carteira de crédito em função das mudanças do clima”, enumera Mattarozzi, diretamente responsável pela decisão do Unibanco de aderir aos Princípios do Equador, em junho de 2004.

A incorporação da sustentabilidade

Diante da tendência, cada vez mais empresas buscam aderir às finanças sustentáveis em suas estruturas organizacionais como forma de atualizarem-se aos ventos globais no que diz respeito à gestão. A programação e análise antes de iniciar este processo são fundamentais para dar bases firmes ao conceito dentro da companhia. “Para começar, qualquer instituição deve fazer uma análise estratégica de como a sustentabilidade está ou pode ser incorporada nos seus recursos internos e externos. Ao analisar os recursos internos, físicos e intelectuais, e os externos, mercado e fornecedores, a empresa tem visão da importância atribuída pelos seus

stakeholders a aspectos socioambientais. Ao aliar as demandas externas com as capacidades organizacionais, as empresas podem descobrir muitas oportunidades”, explica Renata Brito, da GVces.

Ela lembra como caso emblemático a empresa americana de carpete Interface, na qual a questão da sustentabilidade nasceu da demanda de clientes e funcionários e desencadeou mudanças estruturais dentro da empresa, desde a forma de produção até o relacionamento com os clientes, e trouxe inovação e competitividade. “Talvez a solução pareça simples, mas não é. Normalmente, estas mudanças trazem também uma nova discussão da missão e da visão da empresa. Os casos são variados, assim como a motivação inicial, mas uma boa análise estratégica pode tanto ajudar a começar como ajudar a dar continuidade ao processo de incorpora-

ção de sustentabilidade”, observa.

Cássio Trunkl, da Consultoria Finanças Sustentáveis, concorda com a necessidade de estratégia para a implementação da sustentabilidade nas empresas. “A incorporação da sustentabilidade nas instituições financeiras inicia-se por uma decisão estratégica de negócios. A partir daí é necessário disseminar o princípio da sustentabilidade por toda a estrutura da organização, por meio da implantação de políticas específicas e o desenvolvimento de um programa contínuo de capacitação dos funcionários, que garantam a efetividade da estratégia adotada”, defende. Como bem definiu Renata Brito, “o caminho parece longo”, mas, de acordo com ela, as instituições financeiras atuantes no Brasil podem ser protagonistas no cenário mundial de finanças sustentáveis, desenvolvendo e implementando os conceitos e medindo os resultados. ■

Princípios do Equador

O International Finance Corporation (IFC), subsidiária do Banco Mundial, criou em 2002, junto com 10 dos maiores bancos do mundo - ABN Amro, Barclays, Citigroup, Crédit Lyonnais, Crédit Suisse, HypoVereinsbank (HVB), Rabobank, Royal Bank of Scotland, WestLB e Westpac – um conjunto de regras que estabelece critérios mínimos ambientais e sociais que deverão ser atendidos para a concessão de crédito em financiamentos de projetos acima de US\$ 50 milhões. Posteriormente, em julho de 2006, foi lançada uma nova versão dos Princípios do Equador. Esta nova versão prevê critérios mais rigorosos, principalmente na análise da população atingida pelo projeto financiado, além da redução do valor de enquadramento do projeto que passa de US\$ 50 milhões para US\$ 10 milhões.

Estas regras incluem avaliações em critérios como impacto ambiental do projeto sobre flora e fauna, a exigência de compensações em dinheiro para populações afetadas por um projeto, a proteção a comunidades indígenas e proibição de financiamento ao uso de trabalho infantil ou escravo. Segundo o IFC, aderir a esses princípios deixou de ser um custo para se tornar uma vantagem comparativa.

Atualmente, o *site* oficial dos Princípios do Equador registra 53 instituições que já adotaram as regras. De acordo com os princípios, os projetos são categorizados em três categorias de acordo com seu nível de risco ambiental: A, B ou C. A categoria A indica o mais alto nível de impacto sócio-ambiental. Para os projetos de alto risco, devem ser exigidos planos de ação que minimizem os impactos oriundos desses riscos. Além disso, é requisitado o monitoramento de todos os projetos financiados até o prazo de encerramento do financiamento, o que assegura que os projetos financiados sejam desenvolvidos de forma socialmente responsável. A adoção destes princípios é inteiramente voluntária. No Brasil, o primeiro a aderir foi o Unibanco, seguido de diversos outros como Itaú, Itaú/BBA, Bradesco e Banco do Brasil.

O Brasil, comparado a outras nações emergentes, tem a maior representatividade entre as instituições que aderiram aos Princípios do Equador. De acordo com a Câmara Técnica de Finanças Sustentáveis, o setor financeiro nacional destaca-se como um dos mais avançados no mundo no contexto da sustentabilidade, assumindo, de forma crescente e definitiva, uma posição pró-ativa na análise dos projetos de financiamento. Lançada oficialmente em meados de 2005, a Câmara Técnica de Finanças Sustentáveis, presidida por Maria Luíza Pinto, do Banco Real ABN-AMRO, é formada por grandes grupos do mercado financeiro do País e consolidou sua posição como indutora de um novo modelo de desenvolvimento.

Fontes: Câmara Técnica de Finanças Sustentáveis e Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças.